

GESTÃO DE EMERGÊNCIAS EM ARQUIVOS: ANÁLISE DOS CURRÍCULOS DE CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DA REGIÃO SUL DO BRASIL¹

Carlos Alberto Rodrigues²

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo geral analisar a abordagem da temática gestão de emergências em arquivos nos cursos de graduação em Arquivologia da região sul do Brasil. De modo específico, se propõe a: caracterizar os cursos de graduação em Arquivologia da região sul do Brasil; identificar previsão de competência voltada a preservação de documentos nos projetos pedagógicos vigentes dos cursos de graduação em Arquivologia da região sul do Brasil; investigar a abordagem da temática gestão de emergências nas ementas das disciplinas dos cursos de graduação em Arquivologia da região sul do Brasil. Caracteriza-se como pesquisa de natureza qualitativa, exploratória e documental em que a coleta de dados se deu por meio do acesso aos projetos pedagógicos e sites do Ministério da Educação e dos cursos de Arquivologia analisados. Resultados: preservação de documentos é competência desejável do egresso em 83,33% dos cursos; nenhum curso possui disciplina específica sobre gestão de emergência; 2 cursos possuem disciplina com o termo emergência em sua ementa; todos os cursos possuem ao menos uma disciplina voltada a temas ligados à gestão de emergência: preservação e conservação; gestão de arquivos; memória e patrimônio; edificações de arquivo. Conclui que a gestão de emergência em arquivos é pouco desenvolvida nos cursos de Arquivologia da região sul do Brasil.

Palavras-chave: Preservação; Gestão de emergências; Arquivista; Formação profissional.

ABSTRACT: The present study has the general objective of analyzing the approach to the management of emergencies in archives in undergraduate courses in Archival Science in southern Brazil. Specifically, it proposes to: characterize undergraduate courses in Archival Science in the southern region of Brazil; to identify a forecast of competence aimed at preserving documents in the current pedagogical projects of undergraduate courses in Archival Science in the southern region of Brazil; to investigate the approach to the theme of emergency management in the syllabi of undergraduate courses in Archival Science in southern Brazil. It is characterized as a qualitative, exploratory and documentary research in which data collection took place through access to pedagogical projects and websites of the Ministry of Education and the analyzed Archival Science courses. Results: preservation of documents is a desirable skill for graduates in 83.33% of courses; no course has a specific discipline on emergency management; 2 courses have disciplines with the term emergency in their syllabus; all courses have at least one discipline focused on topics related to emergency management: preservation and conservation; file management; memory and heritage; archive buildings. It concludes that emergency management in archives is underdeveloped in Archival Science courses in southern Brazil.

Keywords: Preservation; Emergency management; Archivist; Professional qualification.

¹ Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquivologia) na Universidade Federal de Santa Catarina. Orientação: Eliana Maria dos Santos Bahia, Dra.

² Graduando em Arquivologia, Universidade Federal de Santa Catarina. Tecnólogo em Construção de Edifícios, Instituto Federal de Santa Catarina. Mestre em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: car.rodrigues1978@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Arquivos são parte relevante do patrimônio cultural das nações que necessita ser preservado para as futuras gerações. Assim reconhecidos pela *United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization* (UNESCO), documentos arquivísticos de valor permanente são conservados como fontes confiáveis de informação que contribuem para a formação e preservação da memória individual e coletiva das nações, bem como colaboram para o exercício democrático e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos na sociedade democrática contemporânea.

Objetos físicos em essência que se caracterizam pelo vínculo informação↔suporte (até mesmo os contemporâneos documentos digitais), documentos de arquivo se constituem um patrimônio em constante risco, uma vez que os suportes empregados para fixar as informações são suscetíveis à ação deletéria de uma ampla gama de agentes de risco de desastres em arquivos.

Ao longo da história humana a preservação do patrimônio arquivístico tem esbarrado na ocorrência de desastres, eventos que têm causado danos e perdas irreparáveis em edificações que são ou mantêm patrimônio cultural das nações. Em arquivos, desastres podem ser causados pela ação da natureza, pela ação/omissão humana, bem como podem decorrer da proximidade da edificação de arquivo com instalações de risco (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 1997).

Ao se pronunciar sobre o potencial destrutivo dos desastres em arquivos, organismos internacionais como *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) e *International Council on Archives* (ICA) preconizam a formulação de planos de emergência, documentos que explicitam todas as medidas, procedimentos e recursos aplicados antes, durante e depois da ocorrência de desastres. No Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) recomenda a elaboração de planos de emergência em arquivos como medida eficaz para salvaguarda dos documentos em caso de sinistros.

Em que pese recomendação internacional e do CONARQ, o Brasil não ostenta tradição de gestão de emergência e riscos em arquivos. Esta realidade de carência de planos de emergência nos arquivos estabelecida em solo brasileiro se anuncia como paradigma a ser rompido por meio da ação conjunta do poder público, instituições (públicas e privadas), sociedade civil e profissionais envolvidos.

No campo das profissões, o arquivista, que tem na função arquivística “preservação e conservação de documentos” uma de suas práticas profissionais mais tradicionais, emerge em

posição de destaque como protagonista e disseminador da gestão de emergências em arquivos, porquanto a elaboração e execução de planos de emergências em arquivos se vincula diretamente ao seu escopo de atuação profissional. Contudo, para que o arquivista possa exercer esse protagonismo necessita possuir competência específica, desenvolvida na sua formação universitária.

Nessa linha, ao considerar que a escassez de planos de emergência em arquivos brasileiros possa ser resultado, entre outros, de lacuna na formação profissional de arquivistas no Brasil, a motivação desta pesquisa se anuncia na seguinte pergunta: em que medida os cursos de graduação em Arquivologia do Brasil preparam o arquivista para atuar na elaboração e execução de planos de emergência em arquivos?

Sob esta égide, disposto a contribuir com a resposta no que tange aos cursos de arquivologia instalados nos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, este estudo tem como objetivo geral: analisar a abordagem da temática gestão de emergências em arquivos nos cursos de graduação em Arquivologia da região sul do Brasil.

São objetivos específicos: caracterizar os cursos de graduação em Arquivologia da região sul do Brasil; identificar previsão de competência voltada a preservação de documentos nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) vigentes dos cursos de graduação em Arquivologia da região sul do Brasil; investigar a abordagem da temática gestão de emergências nas ementas das disciplinas dos cursos de graduação em Arquivologia da região sul do Brasil.

O contexto teórico do estudo é apresentado nas seções 2 e 3 a seguir.

2 ARQUIVOS: PATRIMÔNIO EM RISCO E GESTÃO DE EMERGÊNCIA

Definido no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística como conjunto dos arquivos de valor permanente (públicos ou privados) mantidos no seio de uma nação, estado ou município, o patrimônio arquivístico dispõe de amplo reconhecimento como parte do patrimônio cultural das nações que necessita ser preservado para as futuras gerações, uma vez que registra pensamentos, descobertas e realizações humanas (ARQUIVO NACIONAL, 2005; UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, AND CULTURAL ORGANIZATION, 2002).

Exemplo deste reconhecimento na esfera internacional, o Programa Memória do Mundo da UNESCO, instituído em 2002 e em vigência, se traduz como um esforço mundial para preservação do patrimônio documental que busca fomentar a proteção dos registros documentais por meio da nomeação destes como patrimônio documental mundial ou

nacional, sendo que neste último caso a seleção dos conjuntos documentais se dá por meio de comitês nacionais (CRIVELLI; BIZELLO, 2019).

Nessa corrente, o ICA explicita em sua Declaração Universal Sobre os Arquivos (DUA) que arquivos são patrimônio singular e insubstituível pois são registros autênticos de atividades administrativas, culturais e intelectuais realizadas pela sociedade em cada época, sendo assim, necessitam ser preservados (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2010).

Em âmbito nacional, a preservação do patrimônio cultural mantido nos arquivos encontra abrigo na Constituição Federal de 1988 e na Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991, a qual estipula que o patrimônio arquivístico brasileiro é composto pelos documentos de valor permanente armazenados nos arquivos: a) do Sistema Nacional de Arquivos, ou seja, os arquivos dos órgãos públicos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário das esferas federal, estadual, municipal e do distrito federal; b) de pessoas ou instituições privadas, declarados de interesse público pela presidência da república (BRASIL, 1988; 1991).

Produzidos e recebidos no decorrer das atividades administrativas das instituições públicas e privadas da nação, estes documentos de arquivo se constituem fontes de registro para memória que possibilitam estudar não apenas o organismo que os produziu/recebeu, mas também a sociedade, a cultura, as relações sociais e econômicas de determinada época (PAES, 2004).

Ocorre que documentos de arquivos não são objetos inertes. Pelo contrário, seja qual for o suporte que empregue (desde o tradicional papel ao contemporâneo suporte digital), os documentos são objetos físicos que estão permanentemente sujeitos a danos, seja pela ação silenciosa dos agentes ambientais de deterioração, seja pela ocorrência de desastres nos arquivos.

No que tange ao impacto de desastres em edificações que são ou abrigam patrimônio cultural, estes podem resultar de diversos agentes e se estabelecem como emergências pois podem afetar a integridade física do patrimônio cultural de modo parcial ou permanente, em decorrência de danos provocados pela ação de forças físicas naturais e/ou intervenção/omissão humana (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 1997; ESPANHA, 2015).

Para o *International Council on Archives* (1997), desastres são eventos indesejáveis e de alto poder destrutivo em arquivos e são originados pela ação da natureza (por exemplo: terremoto, furacão, tempestade), pela ação/omissão humana (por exemplo: vazamento de

água, incêndio, ação terrorista, conflito civil), bem como da localização do edifício de arquivo (por exemplo: proximidade com instalações industriais e militares, tráfego aéreo, rodovias).

Na mesma direção, McIlwaine (2006) alude que os riscos de desastres em arquivos podem ser originados: a) da ação humana (incêndio criminoso, vandalismo, terrorismo, negligência aos cuidados mínimos de conservação dos documentos); b) do exterior do edifício (temporal, terremoto, alagamento, deslizamento de terra, proximidade com instalações humanas com potencial de risco); c) Da estrutura e sistemas do edifício (instalações elétricas, hidráulicas, de esgoto e de gás, máquinas e equipamentos, sistemas de climatização, produtos inflamáveis armazenados).

Tendo em vista a gama de riscos de desastres que podem afligir os arquivos, organismos internacionais como ICA e IFLA e nacionais como o CONARQ, preconizam que as instituições elaborem e mantenham planos de emergência para prevenção, proteção, resposta e recuperação em caso de sinistros em arquivos, sendo que estes planos devem considerar as especificidades de cada instituição, do entorno, da edificação e dos documentos armazenados (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 1997; MCILWAIN, 2006; CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2005, 2012).

Planos de emergência em arquivos são documentos que explicitam todas as medidas e condutas a serem adotados pela instituição antes, durante e depois da ocorrência de desastres. Elencam responsabilidades, recursos a serem mobilizados e procedimentos a serem adotados segundo as características específicas do arquivo: localização geográfica e clima local, entorno, estrutura e sistemas da edificação, documentos armazenados (BUCKANAN, 1988; TEIJGELER, 2001).

Na atualidade, a gestão de emergências se estabelece como elemento vital e irrenunciável da política de preservação de documentos, mas que, apesar de amplamente contemplada na bibliografia direcionada aos arquivos, se apresenta debilitada em muitos países onde a carência de planos de emergência na maior parte dos arquivos e a presença de planos incompletos e/ou desatualizados ainda é realidade (TEIJGELER, 2001; NYANGA; NENGOMASHA; BEUKES-AMISS, 2018).

Ao pesquisar motivos para baixa incidência de planos de emergência em arquivos na Grécia, Kostagiolas et al (2011) identificou como principais motivos para falta de planos: outras prioridades (29%), não ser sua responsabilidade (23%), desconhecimento da temática (17%) e custo (17%). Já em estudo que analisou o plano de gestão de desastres do Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional da Namíbia (publicado em 2001), Nyanga, Nengomasha e

Beukes-amiss (2018) concluíram que o plano não abrangia a maior parte dos elementos recomendados pela bibliografia, sendo ineficaz em caso de desastre.

No Brasil, a definição de plano de emergência em arquivos se encontra fixada no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística como: “Parte de plano de proteção civil aplicada aos arquivos que estabelece medidas preventivas e de emergência em caso de sinistros” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 133). Contudo, as instituições arquivísticas nacionais não possuem tradição de elaborar e manter planos de emergência.

O Arquivo Nacional, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) e responsável por implementar a política nacional de arquivos, apenas no recente ano de 2019 publicou a obra “Gerenciamento de riscos: do planejamento à execução”, um relato do projeto de gerenciamento de riscos para o patrimônio cultural executado no Arquivo Nacional, mas que não se constitui um plano de emergência (ARQUIVO NACIONAL, 2019).

Ainda há carência de estudos que retratem a realidade dos arquivos brasileiros no que diz respeito à gestão de emergências tal qual preconizada pelo ICA e pelo CONARQ. Iniciativa singular até o presente, em âmbito regional, Rodrigues (2021) identificou a falta de planos de emergência em 16 arquivos localizados no estado de Santa Catarina e os principais motivos da sua inexistência: outras prioridades (reportado por 68,75% dos arquivos), desconhecimento do tema (apontado por 37,5% dos arquivos) e custo (relatado por 25% dos arquivos).

A realidade da gestão de emergência em arquivos brasileiros, ainda pouco retratada por pesquisas no campo da Ciência da Informação (CI), se apresenta como um desafio de responsabilidade social e profissional. Fugueras e Mundet (2008) frisam que ao pensar na difusão e garantia de acesso ao patrimônio arquivístico é essencial considerar a gestão de emergências nos arquivos, mecanismo basilar para preservação desta parcela da memória coletiva da sociedade.

Nessa linha, pensar a preservação do patrimônio arquivístico brasileiro implica refletir sobre a elaboração e execução de planos de emergência nestes arquivos e, em especial, sobre os profissionais envolvidos nesta atividade. Sob este ponto de vista, o arquivista surge em posição de destaque, cabendo refletir sobre este profissional, sua responsabilidade social com a preservação de documentos e o papel da formação acadêmica brasileira no desenvolvimento de competência voltada à gestão de emergência nos arquivos, temáticas abordadas na subseção a seguir.

3 ARQUIVISTA: PROFISSÃO, FORMAÇÃO E COMPETÊNCIAS

A perspectiva contemporânea de acesso à informação como elemento basilar para exercício pleno da cidadania, explicitada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal Brasileira de 1988, torna evidente a necessidade de gerir e preservar documentos de arquivo no Brasil, uma ação elementar para sustentar as políticas de acesso à informação no país. No campo das profissões, essa necessidade contemporânea de preservação dos documentos enquanto patrimônio informacional das nações situa o arquivista em posição de evidência em termos de responsabilidades social e profissional a ele atribuídas (CARLI; FACHIN, 2016).

No Brasil o arquivista é o profissional diplomado por curso superior em Arquivologia em âmbito nacional ou no exterior revalidado, registrado na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho, sendo que o exercício profissional do arquivista no Brasil se encontra regulamentado na Lei 6.546 de 4 de julho de 1978. Instituições públicas e privadas que produzem e recebem documentos no decorrer de suas atividades são campo de atuação do arquivista, uma vez que arquivos correntes, intermediários e permanentes necessitam de cuidados profissionais para que possam cumprir seu papel primordial, o acesso à informação pelo usuário (BRASIL, 1978; MOURA; BAHIA, 2021).

Novos paradigmas informacionais da sociedade contemporânea têm impactado nas práticas profissionais e na formação do arquivista, sendo que as instituições de formação de arquivistas se situam em um ponto nevrálgico no que diz respeito ao alinhamento dos profissionais com as expectativas da sociedade e do mercado de trabalho atual. Conforme Bahia e Ziegelmann (2021), as instituições de formação dos arquivistas brasileiros são protagonistas fundamentais na adequação das competências profissionais com o mercado de trabalho, pois têm a responsabilidade de retornar à sociedade profissionais capazes de atender as expectativas da sociedade e dos empregadores.

A formação brasileira de arquivistas tem como marco inicial o Curso Permanente de Arquivo, criado no ano de 1960 para suprir demanda interna do Arquivo Nacional do Brasil. Posteriormente, demandas institucionais por todo o país e corpo acadêmico em formação fomentaram o surgimento de diversos cursos pelo Brasil (LINDEN, 2017). De acordo com Conselho Nacional de Arquivos (2022), atualmente são 17 cursos de graduação em Arquivologia distribuídos nas diversas regiões do país. O quadro 1 a seguir apresenta os cursos de Arquivologia vigentes no Brasil, sua localização e ano de criação.

Quadro 1 - Cursos de Arquivologia no Brasil, localização e ano de criação.

Instituição	Sigla	Localização		Ano de criação
		Estado	Região	
Universidade de Brasília	UNB	DF	Centro-Oeste	1990
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB	Nordeste	2006
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	Nordeste	1997
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	Nordeste	2008
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM	Norte	2008
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	Norte	2011
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP	Sudeste	2003
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	Sudeste	2008
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	Sudeste	1999
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ	Sudeste	1977
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	Sudeste	1978
Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR	Sul	1997
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	Sul	2009
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	Sul	1976
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS	Sul	2008
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	Sul	1999
Centro Universitário Leonardo da Vinci	UNIASSELVI	SC	Sul	2020

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Conselho Nacional de Arquivos (2022).

Cabe a estas instituições brasileiras de formação de arquivistas a audaciosa missão de, por meio de um constante alinhamento às expectativas da sociedade e as demandas do mercado de trabalho, formar profissionais competentes para atuar no mercado de trabalho nacional.

Moreiro-Gonzales e Bahia (2014) defendem o constante estudo das competências do arquivista como a medida mais eficaz para o alinhamento entre demandas do mercado de trabalho e a formação profissional do arquivista, em meio às constantes transformações sociais da sociedade contemporânea.

Para Silva e Silva (2017), a aproximação do mercado de trabalho com as instituições de formação profissional fortalece o desenvolvimento de competências profissionais, uma vez que estas são resultado de um conjunto variado de fatores individuais e institucionais presentes no processo ensino-aprendizagem. Nessa linha, as competências profissionais se constituem terreno propício ao alinhamento profissional com as demandas institucionais e da

sociedade, pois dizem respeito a um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes a ser mobilizado por profissionais para atender a essas demandas (DURAND, 2000; FLEURY; FLEURY, 2001).

Em nível individual, Durand (2000) define a competência como um conjunto inter-relacionado de conhecimentos, habilidades e atitudes que são mobilizados para alcançar resultados esperados em contextos específicos, ou seja, a competência é uma instância em constante movimento de moldar-se ao desempenho requerido.

Alinhada a esta perspectiva, Miranda (2006) descreve a competência profissional como um agrupamento de recursos e capacidades mobilizados pela pessoa para solucionar situações práticas do trabalho em três dimensões: saber (conhecimentos), saber-fazer (habilidades) e saber-ser/agir (atitude).

Ao focar a preservação de documentos sob o auspício da preservação do patrimônio cultural das nações, Santa Anna (2017) ressalta a necessidade de reformulação das práticas profissionais e o desenvolvimento de competências por parte dos profissionais da informação voltadas a uma abordagem ampliada da preservação da memória social e cultural depositada nos arquivos.

Fugueras e Mundet (2008) aludem que a sociedade contemporânea vê no arquivista um gestor ativo da informação, o qual tem sua atuação profissional inevitavelmente atrelada ao contexto contemporâneo da preservação dos arquivos como parte do patrimônio cultural das nações, meio de salvaguarda de direitos e deveres na sociedade democrática permeados pelo acesso à informação.

Tal entendimento se encontra pacificado em âmbito europeu, onde a competência “Elaborar um plano de emergência para fazer face a catástrofes” é prevista no grupo de competências consideradas essenciais para o profissional da informação elencadas no Euro-Referencial ID, publicação europeia que descreve competências esperadas dos profissionais de informação-documentação (EUROPEAN COUNCIL OF INFORMATION ASSOCIATIONS, 2005).

No Brasil o arquivista tem atribuição profissional de preservação dos documentos definidas na Lei 6.546 de 4 de julho de 1978, mas há carência de estudos que relacionem esta atribuição de preservação de documentos com a gestão de emergência em arquivos e o desenvolvimento de competência pelo arquivista brasileiro.

A visão do arquivista como gestor da informação e responsável pela preservação dos documentos se reflete como demanda profissional no mercado de trabalho brasileiro. No período de 2012 a 2014, instituições de variados segmentos solicitaram 177 vezes a

competência “segurança do acervo” de profissionais da informação em anúncios de emprego publicados na web pelo portal empresarial Catho, destinado à classificação online de currículos e vagas de empregos (RODRIGUES, 2021; BAHIA, 2018).

Sob esta perspectiva contemporânea de responsabilidade social e profissional de preservação do patrimônio arquivístico, a elaboração e execução de planos de emergência em arquivos emerge como demanda do arquivista. Uma atividade que denota um desempenho esperado e para o qual o arquivista necessita desenvolver competência que os cursos de formação em Arquivologia brasileiros não devem abster-se de contemplar.

Assim, a pesquisa em tela pretende contribuir para o entendimento da presença da temática gestão de emergências em arquivos nos cursos de Arquivologia na região sul do Brasil. Aspectos metodológicos do estudo são apresentados na seção posterior.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo se caracteriza quanto à natureza como uma pesquisa teórico-aplicada, pois tem o intento de confrontar teoria e realidade de modo sistematizado para solucionar um problema de pesquisa (GONZÁLES-TERUEL; CERREJÓN, 2012). Se configura como estudo qualitativo pois se estabelece como um meio para explorar ou entender o significado que indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano (CRESWELL, 2010).

Em relação ao tipo, trata-se de uma pesquisa exploratória que pretende aumentar a experiência do pesquisador sobre o problema (TRIVIÑOS, 1987). Em relação aos procedimentos técnicos se configura como pesquisa documental, pois a coleta de dados se restringe a documentos escritos (MARCONI; LAKATOS, 2003).

O universo da pesquisa consiste no total de cursos de Arquivologia localizados na região sul do Brasil (N=6), o qual representa aproximadamente 35% dos cursos de Arquivologia brasileiros, bem como contém o curso de Arquivologia mais antigo do Brasil, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A coleta de dados se deu por meio do acesso aos sites: a) do Ministério da Educação (MEC), em específico no Cadastro e-MEC; b) das Instituições de Ensino Superior (IES) mantenedoras dos cursos de graduação em Arquivologia na região sul do Brasil. Os PPC constituem o principal *corpus* documental da pesquisa.

De modo a caracterizar os cursos de graduação em Arquivologia da região sul do Brasil realizou-se pesquisa no dia 26 de outubro de 2022 ao Cadastro e-MEC para obtenção de dados gerais dos cursos: nome da instituição, estado, ano de criação, nota, modalidade de

ensino (presencial ou a distância). A opção pelo Cadastro e-MEC se deu devido ao reconhecimento nacional como fonte de informação sobre cursos de graduação no Brasil, pois se trata de uma base de dados oficial dos cursos e IES brasileiras que classifica os cursos de graduação por meio de notas que podem variar de 1 (mínimo/insuficiente) e 5 (máximo/excelência).

Para identificar previsão de competência voltada a preservação de documentos nos PPC vigentes dos cursos de graduação em Arquivologia da região sul do Brasil foram recuperados PPC vigentes nos sites das IES. Dos PPC foram extraídos e tabulados objetivos geral e específicos dos cursos, bem como competências previstas para o arquivista egresso em cada uma das 6 instituições que compõem o universo da pesquisa. Na sequência foram selecionados objetivos e competências esperadas dos egressos voltadas à preservação de documentos. Os dados obtidos foram organizados em quadro específico.

A fim de investigar a abordagem da temática gestão de emergências nas ementas das disciplinas dos cursos de graduação em Arquivologia da região sul do Brasil, adotou-se identificar disciplinas curriculares em 3 categorias, conforme quadro 2 seguir.

Quadro 2 – Categorias de análise das disciplinas.

Categoria	Critério
A	Disciplinas que tivessem gestão de emergência como temática central, ou seja, em seu nome.
B	Disciplinas que contivessem a temática gestão de emergência como uma componente, ou seja o termo “emergência” presente na ementa.
C	Disciplinas voltadas a temáticas que tangenciam a gestão de emergência, a saber: preservação e conservação de documentos, gestão de arquivos, memória e patrimônio; edificações de arquivo.

Fonte: elaborado pelo autor.

Para tanto, realizou-se a leitura de nomes das disciplinas e respectivas ementas constantes nos PPC dos cursos de Arquivologia. Disciplinas selecionadas em cada categoria foram agrupadas em quadros contendo: temática, instituição, nome da disciplina, ementa e tipo (obrigatória ou optativa). Cabe registrar que 2 dos cursos analisados não disponibilizam as ementas das disciplinas em seus PPC: UNIASSELVI e UFSM. No caso da UNIASSELVI foi considerado na análise apenas o nome da disciplina. Na UFSM a leitura da ementa foi substituída pela leitura do objetivo da disciplina constante no PPC.

Os procedimentos descritos permitiram atingir objetivo geral e objetivos específicos do estudo de forma a responder à problemática de pesquisa. Os resultados e a análise realizada são apresentados na seção seguinte.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa realizada identificou a existência de 6 cursos de graduação em arquivologia instalados na região sul do Brasil, a saber: Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI). O quadro a seguir sintetiza dados de distribuição por estado, ano de criação, modalidade e Conceito de Curso (CC) destes cursos.

Quadro 3 – Cursos de Arquivologia – região sul do Brasil.

Instituição	Estado	Ano de criação	Modalidade	Conceito de curso e-MEC	
				Conceito de curso	Ano da avaliação
UFSM	RS	1976	Presencial	4	2017
UEL	PR	1997	Presencial	4*	-
UFRGS	RS	1999	Presencial	4	2017
FURG	RS	2008	Presencial	4	2017
UFSC	SC	2009	Presencial	5	2018
UNIASSELVI	SC	2020	À distância	0	-

* Esta nota diz respeito à Conceito Preliminar de Curso (CPC), o qual necessita ainda ser ratificado como Conceito de Curso (CC).

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se que 1 curso foi criado na década de 1970, 2 na década de 1990, 2 na década de 2000 e 1 na década de 2020 (atual). Metade dos cursos (3) se encontra instalado no estado do Rio Grande do Sul: na UFSM, na FURG e na UFRGS. O mais antigo curso de arquivologia na região sul do Brasil é o da UFSM, instituído no ano de 1976. Já o curso mais recente está na UNIASSELVI, efetivado no ano de 2020.

Em relação à modalidade de ensino, o que se vê é predominância de cursos presenciais, com 5 instituições que empregam essa modalidade e 1 instituição (UNIASSELVI) que adota a modalidade à distância. Cabe registrar que o curso da UNIASSELVI é o primeiro, e até o presente único, curso de Arquivologia na modalidade à distância no Brasil.

Em relação à qualidade dos cursos de Arquivologia pesquisados, constata-se o predomínio de notas satisfatórias. Quatro cursos (o que corresponde a 66,66%) detém nota 4: UEL, UFSM, FURG e UFRGS, enquanto que 1 curso, mantido na UFSC, possui nota 5

(excelência). Cabe registrar a presença de 1 curso (na UNIASSELVI) que ainda não possui nota atribuída no Cadastro e-MEC devido à sua recente criação.

Ao analisar os PPC dos cursos, se identifica que a preservação de documentos, um dos alicerces para se pensar abordagens voltadas à gestão de emergência em arquivos, é competência desejável e prevista na formação do arquivista nos cursos de Arquivologia da UFSC, UFSM, FURG, UFRGS e UNIASSELVI. O quadro 4 a seguir apresenta previsão de competência voltada a preservação de documentos contida nos PPC dos cursos.

Quadro 4 – Preservação de documentos, previsão nos PPC.

Instituição	Elemento considerado	Descrição
UFSC	Objetivo do curso específico	Preparar o aluno para promoção do conhecimento teórico-prático direcionado às atividades de produção, análise, classificação, avaliação, descrição, preservação, recuperação, mediação, disseminação e uso da informação arquivística.
UFSM	Objetivo geral do curso	[...] tem por objetivo a formação de arquivistas capacitados a entender, investigar, criar, gerenciar, preservar e proporcionar acesso a documentos e informações arquivísticas [...]
	Competências e habilidades desejáveis	Capacidade de compreender e defender, de forma crítica, o patrimônio arquivístico e a soberania informacional da nação.
FURG	Competências e habilidades desejáveis	Aplicar soluções em tecnologias da informação na produção, gestão, preservação, acesso e difusão de documentos de arquivo.
UFRGS	Competências e habilidades desejáveis	Competência para empreender e tomar decisões, em relação a gestão documental, avaliação, preservação e organização de acervos históricos, automação e difusão da informação, analisando criticamente as organizações, antecipando e promovendo suas transformações. Identificar o propor o planejamento para programas de preservação e conservação de documentos Arquivísticas.
UNIASSELVI	Competências e habilidades desejáveis	Promover educação de usuários da informação para garantir a integridade dos documentos, implantando políticas de conservação preventiva para acervos históricos, nos diversos suportes, originados no decorrer da história.

Fonte: dados da pesquisa.

Com base no quadro 4, constata-se que apenas no PPC do curso de Arquivologia da UEL a preservação de documentos não se encontra explicitada como competência desejável ao egresso. A presença da preservação de documentos como competência desejável na maior parte dos cursos ratifica a preservação de documentos como campo de atuação do arquivista contemporâneo e valida a necessidade do desenvolvimento de competências específicas que contribuam para a manutenção da integridade dos documentos, como é o caso da gestão de emergências.

A investigação da abordagem da temática gestão de emergências em disciplinas dos cursos de Arquivologia resultou na identificação de 17 disciplinas nas categorias de análise B

e C adotadas. Não foram identificadas disciplinas da categoria A – disciplinas que têm gestão de emergência como temática central.

Para a categoria B - disciplinas que contivessem a temática gestão de emergência como uma componente da ementa, foram identificadas 2 disciplinas, 1 no curso de Arquivologia da FURG e 1 no curso de Arquivologia da UFRGS. O quadro 5 a seguir apresenta detalhes das disciplinas e suas ementas.

Quadro 5 – Categoria de análise B, resultado.

Instituição	Nome da disciplina	Tipo	Ementa/objetivo
FURG	Fundamentos de Conservação e Preservação de Documentos	Obrigatória	História e estrutura do papel. Agentes de degradação: identificação e controle. Técnicas de conservação preventiva: higienização, condições ambientais de guarda e acondicionamento. A conservação de outros suportes de informação. Reformatação. Emergências.
UFRGS	Fundamentos da preservação de documentos	Obrigatória	Estrutura e tecnologia do papel. Agentes de degradação: identificação e controle. Técnicas de conservação preventiva: higienização, condições ambientais de guarda e acondicionamento. A conservação de outros suportes de informação. Reformatação, emergências e planejamento.

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se que as disciplinas presentes nos cursos da FURG e UFRGS, de caráter obrigatório, apresentam ementas semelhantes, tendo como foco a preservação e conservação de documentos em papel e em outros suportes. Outro ponto comum é que a temática emergência se apresenta como conteúdo final da disciplina, alicerçada no conhecimento prévio de agentes de degradação, técnicas de higienização e controle ambiental.

O enfoque nas disciplinas se alinha a pressupostos teóricos presentes em: Fugueras e Mundet (2008), atuação do arquivista atrelada à preservação dos arquivos como parte do patrimônio cultural das nações; Santa Anna (2017), abordagem ampliada da preservação; Bahia (2018) e Rodrigues (2021), preservação dos documentos como demanda profissional no mercado de trabalho brasileiro; *European Council of Information Associations* (2005), a gestão de emergência como campo de atuação dos profissionais da informação que exige competência específica.

A constatação da temática emergência na ementa da disciplina de preservação e conservação na FURG e UFRGS indica caminho para inserção do tema gestão de emergência em arquivos na formação de arquivistas, mas não se caracteriza como tendência pois há 4 cursos (que corresponde a 66,66% dos cursos analisados) que possuem disciplinas

voltadas à preservação e conservação de documentos que não explicitam em suas ementas o tema emergência.

Nessa linha, se mostra relevante a identificação de disciplinas categoria C: voltadas a temáticas que tangenciam a gestão de emergência: preservação e conservação de documentos, gestão de arquivos, memória e patrimônio; edificações de arquivo. Foram identificadas 16 disciplinas desta categoria. Os resultados para cada temática são apresentados a seguir.

A preservação e conservação de documentos se encontra contemplada em todos os 6 cursos analisados. Além dos cursos da FURG e UFRGS, anteriormente já enquadrados na categoria B por explicitarem o tema emergência em suas ementas, outros 4 cursos analisados possuem disciplina voltada à preservação e conservação de documentos de arquivo. O quadro 6 apresenta detalhes das disciplinas e ementas destes 4 cursos.

Quadro 6 – Categoria de análise C, resultado temática preservação e conservação de documentos.

Instituição	Nome da disciplina	Tipo	Ementa/objetivo
UEL	Preservação e conservação de acervos documentais	Obrigatória	Noções teóricas sobre os agentes agressores. Medidas preventivas na conservação de documentos e sua contribuição para a educação ambiental. Políticas e programas voltados para a manutenção dos suportes da informação.
UFSC	Preservação e Conservação de Documentos	Obrigatória	Políticas de preservação de documentos. Conservação de documentos.
UFSM	Preservação e Conservação de Documentos	Obrigatória	Objetivo: Compreender a preservação, intrínseca à função de Gestão da Informação, apresentando conceitos, objetivos, procedimentos e técnicas de conservação de documentos, em suporte papel, aliada às novas tecnologias a fim de reaproveitá-los, após o descarte documental, como estratégia sustentável, ou preservá-los, como estratégia de memória como fenômeno social.
UNIASSSELVI	Técnicas de conservação, preservação e gestão de documentos	Obrigatória	Não consta no PPC.

Fonte: dados da pesquisa.

Somados resultados enquadrados na categoria B e na categoria C, verifica-se que em 100% das instituições há disciplina obrigatória voltada à preservação e conservação de documentos. Na UEL e UFSC as disciplinas explicitam vinculação a políticas de informação e preservação de documentos. A UFSM enfatiza o uso de novas tecnologias. A UNIASSSELVI não disponibiliza ementa da disciplina.

Gestão de arquivos é temática que se encontra contemplada em 4 dos cursos analisados pelo estudo (o que corresponde a 66,66%), sendo presente nos cursos de

arquivologia da UEL, UFRGS, UFSM e UNIASSELVI. O quadro 7 a seguir apresenta detalhes das disciplinas e suas ementas.

Quadro 7 – Categoria de análise C, resultado temática gestão de arquivos.

Instituição	Nome da disciplina	Tipo	Ementa/objetivo
UEL	Gestão de unidades e serviços de informação	Obrigatória	Introdução à administração: princípios, teorias e funções. Estrutura organizacional de unidades de informação. Gestão de pessoas. Comunicação organizacional.
UFRGS	Gestão de instituições arquivísticas	Obrigatória	Instituições arquivísticas: definições, características, funções, e serviços arquivísticos. O planejamento estratégico e da gestão de instituições e serviços arquivísticos. Planos estratégicos de administração e gestão de instituições de arquivos. Implantação de políticas arquivísticas.
UFSM	Gestão de Arquivos	Obrigatória	Objetivo: Caracterizar os sistemas de gestão da qualidade total (TQM); fundamentar o uso das metodologias e ferramentas na gestão da qualidade total (TQM); aplicar critérios da qualidade total para promover a gestão nos arquivos; realizar mapeamento de processos na gestão dos arquivos; Explorar a relação entre a gestão de arquivos e as políticas públicas e a legislação ambiental.
UNIASSELVI	Organização de Unidade de Informação	Obrigatória	Não consta no PPC.

Fonte: dados da pesquisa.

Constata-se que em todos os cursos que possuem disciplina voltada à gestão de arquivos, a mesma se trata de disciplinas obrigatória. Na UEL, UFRGS e UFSM as ementas das disciplinas apresentam enfoque e aplicação de ferramentas da área de Administração, de modo a subsidiar a atuação do arquivista como gestor em unidades de informação. A UNIASSELVI não disponibiliza ementa da disciplina.

Memória e patrimônio é temática tangencial à gestão de emergência em arquivos que se encontra em 7 disciplinas distribuídas em 4 cursos dos cursos analisados: FURG, UFRGS, UFSC e UFSM, o que corresponde a presença em 66,66% dos cursos de Arquivologia da região do Brasil. O quadro 8 a seguir apresenta detalhes das disciplinas e suas ementas.

Quadro 8 – Categoria de análise C, resultado memória e patrimônio.

Instituição	Nome da disciplina	Tipo	Ementa/objetivo
FURG	Memória, Patrimônio e Arquivos	Optativa	Conceituação de memória, patrimônio e arquivos. Identificação dos elementos que constituem a memória e identidade de um grupo através do patrimônio documental.
	Educação Patrimonial	Optativa	Educação e Patrimônio Histórico-Cultural: suportes teóricos e metodológicos. As relações entre patrimônio, Memória, História, Educação, e Pesquisa, Ensino e Extensão. Patrimônio Arquivístico: fundamentos de organização, conservação e divulgação de acervos.
UFRGS	Arquivos, memória e direitos humanos	Obrigatória	As concepções Memória, Arquivos e Direitos Humanos. A construção do conceito de cidadão e dos espaços da cidadania. A concepção de Acesso à Informação arquivista como ferramenta da cidadania no Brasil. O papel da arquivologia no resgate da Verdade, Justiça e dos Direitos Humanos contexto social atual. A cidadania e a democracia na sociedade contemporânea.
	Informação e memória social	Optativa	Os estudos teóricos sobre memória. Informação, cultura e sociedade. Os lugares da memória: arquivos, bibliotecas e museus. O direito à memória. Documento/Monumento. Tradição oral e escrita, práticas, culturais, identidade social, memória e informação. Memória na construção da informação do conhecimento. Práticas informacionais e memória. A memória, os sistemas de informação, comunicação e as diferentes formas de configuração do saber da informação e do conhecimento. As formas do silêncio e do esquecimento. O lugar da memória no mundo contemporâneo.
	Memória social	Optativa	Estudo do Campo teórico e metodológico da Memória Social. Memória Social e sua relação com a identidade e o patrimônio cultural.
UFSC	Memória, Patrimônio e Arquivo	Obrigatória	Estudos sobre memória e patrimônio. O arquivo como lugar de memória e patrimônio. Memória e preservação do conhecimento e da informação.
UFSM	Arquivo, Memória e Patrimônio	Obrigatória	Objetivo: Conhecer as aproximações de documentos e arquivos com as áreas de memória, patrimônio, identidade e cultura, transitando entre os conceitos das áreas de forma geral e específica, considerando a interdisciplinaridade.

Fonte: dados da pesquisa.

Verifica-se que UFSC, UFSM e UFRGS contemplam a temática memória e patrimônio em 1 disciplina obrigatória por curso. Na UFRGS há ainda 2 disciplinas optativas. Já na FURG, são previstas somente disciplinas optativas (duas). Em síntese, as ementas das disciplinas buscam clarificar as aproximações teóricas entre os conceitos: arquivo, memória e patrimônio, de forma a permitir ao arquivista situar-se como agente de transformação democrática e cidadã na sociedade.

Edificações de arquivo são tema central em 1 disciplina no curso de Arquivologia da UEL. O quadro 9 a seguir apresenta detalhes da disciplina e sua ementa.

Quadro 9 – Categoria de análise C, resultado edifício de arquivo.

Instituição	Nome da disciplina	Tipo	Ementa/objetivo
UEL	Planejamento de unidades arquivísticas	Obrigatória	Planejamento para construção, adaptação e reforma de edifícios de guarda e preservação de documentos

Fonte: dados da pesquisa.

A disciplina de caráter obrigatório no curso da UEL representa a presença de temática voltada às edificações de arquivo em 16,66% dos cursos analisados. Sua ementa busca contemplar aspectos de adequação da edificação à guarda de preservação de documentos nas etapas de construção, adaptação e reforma de edifícios de arquivo. É a temática menos representada nos PPC analisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação da informação é parte do conjunto de práticas indissociáveis à atuação profissional do arquivista e tem na gestão de emergência em arquivos um de seus pilares de sustentação. Contudo, a gestão de emergência em arquivos é prática pouco tradicional no Brasil.

Para mudar essa realidade, se faz necessário que arquivistas brasileiros se engajem nesta causa e saibam responder a essa demanda profissional. Para tanto, a sua formação acadêmica necessita contemplar o desenvolvimento de competência voltada à gestão de emergência em arquivos.

A pesquisa realizada permitiu visualizar como estão os currículos de cursos de Arquivologia da região sul do Brasil em relação à oferta de disciplinas que tratem de gestão de emergências em arquivos. Os resultados obtidos demonstram que 5 dos 6 cursos analisados manifesta no PPC a preservação de documentos como competência desejável ao egresso. Em contra ponto, nenhum dos PPC analisados possui previsão de disciplina específica de gestão de emergência em arquivos. Uma pequena parcela, apenas 2 dentre os 6 cursos de Arquivologia analisados, possui previsão curricular de abordar a temática emergência no âmbito de disciplina de preservação e conservação de documentos.

Dentre as temáticas tangenciais à gestão de emergências em arquivos se destaca a preservação e conservação de documentos, prevista no PPC de todos os cursos analisados pelo estudo. A temática gestão de arquivos e a temática memória e patrimônio são previstas na formação de arquivistas em 66.66 % dos cursos, em 4 e 7 disciplinas, respectivamente. Já o estudo das edificações de arquivo está presente somente no PPC da UEL, em 1 disciplina. Estas disciplinas tangenciais são cruciais para o desenvolvimento de competência voltada à gestão de emergência em arquivos, uma vez que podem ser adotadas como pré-requisito para uma futura disciplina específica de gestão de emergência, bem como servir de ponto de partida para a inserção do tema emergência na pauta de formação do arquivista, por meio de ajuste em suas ementas.

Em resposta à problemática de pesquisa, constata-se que a elaboração e execução de planos de emergência em arquivos é temática pouco contemplada nos PPC dos cursos de Arquivologia instalados na região sul do Brasil. Uma vez que apenas 2 cursos abordam o tema emergência e não há disciplina específica, a preparação de Arquivistas para atuar na gestão de emergências em arquivos se configura insipiente e contribui para a manutenção de um cenário desfavorável: ausência de planos de emergência nos arquivos instalados na região sul do Brasil.

Aventa-se que a ampliação do estudo em nível nacional, aliada a investigação e reconhecimento das condições de risco e gestão de emergência dos arquivos brasileiros, possa influenciar na inserção do estudo da gestão de emergências em arquivos no rol de disciplinas previstas pelos PPC dos cursos de Arquivologia no Brasil, assim preparando o arquivista para atuar nesta demanda do mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Gerenciamento de riscos: do planejamento à execução**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/centrais-de-conteudo-old/manual-gerenciamento-riscos-2019-digital-miolo-online-pdf>. Acesso em: 08 jul. 2022.

BAHIA, E. M. S. **Competências Arquivísticas no Mercado de Trabalho**. 1. Ed. Curitiba: Appris Editora, 2018.

BAHIA, E. M. S.; ZIEGELMANN, L. D. D. S. Estudo da competência do arquivista e do estudante em formação em suas práticas profissionais: relação com o mercado de trabalho. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 3, p. 600-627, 2021. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/43607>. Acesso em: 08 jul. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de técnico de Arquivo. Brasília, DF: Presidência da República, [1978]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. **Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 15 mar. 2022.

BUCHANAN, S. A. **Disaster planning, preparedness and recovery for libraries and archives: a RAMP study with guidelines**. Paris: UNESCO, 1988. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000079813>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CARLI, D. T.; FACHIN, G. R. B. Lei de acesso à informação nos municípios do extremo oeste de Santa Catarina. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 8-36, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/55815>. Acesso em: 12 nov. 2022.

CRIVELLI, R.; BIZELLO, M. L. O lugar do patrimônio documental: Brasília e fundo novacap. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 35-53, 2019. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/118889>. Acesso em: 04 jul. 2022.

CRESWELL, J. L. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Tradução: Magda Lopez. Porto Alegre: Artmed, 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/337950252/CRESWELL-John-W-Projeto-de-pesquisa-pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2005. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/recomendaes_para_a_producao.pdf. Acesso em: 12 jun. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Resolução nº 34, de 15 de maio de 2012**. Dispõe sobre a adoção das Recomendações para a salvaguarda de acervos arquivísticos danificados por água pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR. Disponível em:

http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes__resgate_acervos_completa.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Cursos de Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/conexoes/links-uteis-1/cursos-de-arquivologia-no-brasil>. Acesso em: 08 jul.2022.

DURAND, T. Forms of incompetence. *In.*: Sanchez, R.; Rene, A. (org.). **Theory Development for Competence-Based Management**, Greenwich: JAI Press, 2000, p. 1-23. Disponível em: https://www.academia.edu/18274867/Forms_of_incompetence. Acesso em: 15 mar. 2022.

ESPAÑA. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. **Plan Nacional de Emergencias y Gestión de Riesgos en Patrimonio Cultural**. Madrid: Secretaria General Técnica, 2015.

EUROPEAN COUNCIL OF INFORMATION ASSOCIATIONS. **Euro-referencial I-D**. Tradução de: Leonor Gaspar Pinto. Lisboa: INCITE, 2005. Disponível em: https://www.eseig.ipp.pt/documentos/doc_noticias/EuroReferencial_P.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v.5, n. esp., p.183-196. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65522001000500010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 jun. 2022.

FUGUERAS, R. A.; MUNDET, J. R. **Los archivos del poder: el poder de los documentos**. Madri: Alianza Editorial, 2008.

GONZÁLES-TERUEL, A.; CERREJÓN, M. B. **Métodos y técnicas para la investigación del comportamiento informacional: fundamentos y nuevos desarrollos**. Gijón: Trea, 2012.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Guidelines on disaster prevention and control in archives**. Paris: ICA, 1997. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_Study-11-Disaster-prevention-and-control-in-archives_EN.pdf. Acesso em: 01 jul. 2022.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Declaração universal sobre os arquivos**. Paris: ICA, 2010. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

KOSTAGIOLAS, P. et al. Disaster Management Approaches for Academic Libraries: An Issue not to be Neglected in Greece. **Library Management**, Melbourne, v. 32, n. 8/9, p. 516-530, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/254187914_Disaster_management_approaches_for_academic_libraries_An_issue_not_to_be_neglected_in_Greece. Acesso em: 12 nov. 2022.

LINDEN, L. L. Sociologia das profissões: análise do desenvolvimento da profissão de arquivista no brasil. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.

22, n. 2, p. 227-237, 2017. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1343>. Acesso em: 08 jul. 2022.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MCILWAINE, J. **Prevención de desastres y planes de emergencia: compendio de la IFLA**. Haia: IFLA, 2006. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/pac/ipi/ipi6-es.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MIRANDA, S. V. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 99-114, set./dez. 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1117/1252>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MOREIRO-GONZALES, J. A.; BAHIA, E. M. S. Archiveros y documentalistas emprendedores: el caso español y brasileño. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 24, n. 2, p. 121-138, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/16539/11538>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MOURA, I. I.; BAHIA, E. M. S. Perspectivas do profissional de arquivo sob o olhar das obras audiovisuais. **Ágora: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 31, n. 63, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1000>. Acesso em: 08 jul. 2021.

NYANGA, E.; NENGOMASHA, C. T.; BEUKES-AMISS, C.M. Disaster Preparedness and Management at the National Archives and the National Library of Namibia. **African Journal of Library Archives and Information Science**. Ibadan, v. 28, n. 1, p. 77-91, jul. 2018. Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/ajlais/article/view/174153>. Acesso em: 15 mar. 2022.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RODRIGUES, C. A. **Plano de emergência em arquivos: competência profissional do arquivista em Santa Catarina**. 2021. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/237907>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SANTA ANNA, J. O arquivista como moderno profissional da informação: análise de competências à luz da literatura e da formação curricular. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**. Campinas, v. 15, n. 2, p. 289-307, 2017. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8644523/pdf_1. Acesso em: 17 jun. 2022.

SILVA, A. K. A.; SILVA, M. Desenvolvimento de competências na graduação: um estudo de caso dos formandos em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba.

Revista Ibero-americana de Ciência da Informação, Brasília, v. 10, n. 1, p. 86-109, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2486>. Acesso em: 4 jun. 2022.

TEIJGELER, R. **Preservation of Archives in Tropical Climates**. An annotated bibliography. Paris: ICA, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270273714_Preservation_of_Archives_in_Tropical_Climates_An_annotated_bibliography. Acesso em: 15 mar. 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf. Acesso em: 14 jun. 2022.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Memória do mundo: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental**. Paris: UNESCO, 2002. Disponível em: <https://mowlac.files.wordpress.com/2012/07/diretrizes-para-a-salvaguarda-do-patrimc3b4nio-documental.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.